

Proposta da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Lix da Cunha S.A. apresenta para deliberação na Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de Abril de 2013, a Proposta da Administração a seguir:

I – EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

1. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012.

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como das notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2012, publicados no dia 28/03/2013 no jornal Diário de São Paulo e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme requerido pela Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, constam do Anexo I ao Presente.

2. Resultado do exercício social encerrado em 31/12/2012.

Por ter apresentado prejuízo contábil em 31/12/2012 no montante de R\$ 7.799.917,41, as informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, deixam de ser apresentadas.

3. Proposta de Remuneração dos Administradores

A Administração propõe remuneração global anual de até R\$ 500.000,00 para o conselho de administração e de até R\$ 1.900.000,00 para a Diretoria, para o exercício de 2013.

Atendendo ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, apresenta-se no anexo II, as informações relacionadas no item 13 do Formulário de Referência.

São Paulo, 28 de março de 2013.

Conselho de Administração:

Luciano Braga da Cunha

Fausto da Cunha Penteado

Marisa Braga da Cunha Marri

Diretoria:

Moacir da Cunha Penteado

Marisa Braga da Cunha Marri

Renato Antunes Pinheiro

ANEXO I

Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

CENÁRIO GERAL

O ano de 2012 sem dúvida decepcionou vários setores da economia e não foi diferente com a construção civil. Apesar da manutenção dos programas do PAC e do Projeto Minha Casa, Minha Vida, o fato é que o Governo está longe de realizar os investimentos em infra-estrutura que efetivamente garantirão um crescimento sólido e permanente da economia.

Não obstante as boas intenções da Presidenta, o fato é que a União não tem feito a lição de casa e não tem enfrentado o que nos faz patinar há tanto tempo: a redução das despesas de custeio da máquina pública que continua inchada, burocrática e ineficiente e aumento significativo dos investimentos públicos nos pontos chaves para o Brasil definitivamente entrar no rol dos países desenvolvidos - educação, saúde e infra-estrutura.

Aliado às dificuldades da política interna, tivemos um ano de grandes desafios e desconfianças com as economias dos países do velho continente, bem como dos Estados Unidos que ainda se esforça para se recuperar da grave crise financeira que se abateu sobre os americanos.

E foi assim que todos receberam com desânimo e preocupação o aumento pífio de 0,5% do PIB brasileiro, e, paradoxalmente, a apuração de novo recorde na arrecadação fiscal, o que, evidentemente, coloca em risco todos os avanços que tivemos a partir da estabilidade monetária, iniciada com o Plano Real e reforçada com medidas nem sempre simpáticas, mas efetivas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, ameaçando, inclusive, as conquistas sociais, que podem até ser distribuídas pelo governo mas, como todos sabem, são gerados a partir dos setores produtivos.

A construção civil, especialmente o setor imobiliário, passou por desafios próprios, que aliás já haviam sido vislumbrados nos exercícios anteriores, como a escassez de mão de obra e o aumento de custos. É que mesmo com a queda significativa de lançamentos em 2012 em comparação a 2011, a construção dos empreendimentos lançados nos exercícios anteriores consumiram os recursos humanos disponíveis, até porque não houve ao longo do tempo a formação e preparação adequada de profissionais para este setor, havendo por isso carência de mão de obra de qualidade, desde engenheiros até os funcionários operacionais que migraram na década anterior para os outros setores da economia.

Os recentes estouros nos prazos e orçamentos de obras, acarretando os péssimos resultados apurados pelas incorporadoras que abriram seu capital ao mercado a partir do ano de 2007, são um alerta para a necessidade do controle rigoroso dos custos e para a criação de uma mentalidade de parceria saudável para todos, respeitando preços mínimos adequados e compartilhando os riscos da execução das obras, que não podem ser assumidos isoladamente pelas construtoras, pois, como se viu, o resultado é o nivelamento por baixo da qualidade das obras, perdas financeiras para os próprios incorporadores, bem como insatisfação dos clientes finais dos empreendimentos.

DESEMPENHO E RESULTADO DA COMPANHIA

Diante deste cenário de estagnação da economia e diante de suas próprias dificuldades financeiras, que tem sido divulgada com total transparência para o mercado ao longo dos anos, o resultado foi um prejuízo de R\$ 7.800 mil.

Dentre as causas que impediram a empresa de atingir as metas fixadas, especialmente de aumento de faturamento, imprescindível para a empresa equilibrar seu resultado, pode-se apontar a restrição de formatos de contratação que a empresa pode se habilitar, ou seja a empresa só trabalha em empreendimentos e obras industriais e comerciais sob o regime de administração com teto (o que difere do sistema de Preço Máximo Garantido que as incorporadoras tentam impingir sobre as construtoras, pois naquele o que se perde é a taxa de administração, ou seja o resultado buscado pela

construtora, enquanto neste o risco é imputado totalmente à contratada que tem que arcar com eventual estouro dos custos, independente das causas, o que no nosso entendimento é inaceitável, injusto e, no nosso caso, inviável).

O resultado negativo obtido é decorrente ainda da falta de capital de giro mínimo para executar com mais tranqüilidade as obras de infra-estrutura, havendo perdas significativas, por exemplo, pela simples penhora dos equipamentos da empresa (máquinas e caminhões), pois tal restrição deveria impedir apenas a venda do bem, mas muitas vezes, talvez por desconhecimento dos juízes, há o bloqueio total do veículo, inclusive de circulação e/ou licenciamento, demandando tempo e despesa para liberação do uso do bem, acarretando a necessidade de se sub-contratar serviços ou alugar os equipamentos, com aumento evidente dos custos.

A burocracia e as práticas ilegais verificadas na Prefeitura de Campinas, que inclusive culminaram com o afastamento de dois Prefeitos e a administração provisória pelo Presidente da Câmara, acabou gerando atraso muito além do razoável nos trâmites de aprovação dos empreendimentos na cidade de Campinas, onde tem se concentrado nossa atuação, tanto na fase inicial de aprovação dos projetos e de alvará de execução de obras, como na fase final da concessão do habite-se, acarretando a fuga de investidores e insegurança jurídica nos compradores de imóveis.

Também deve ser destacada a postura intransigente e persecutória da Procuradoria da Fazenda Nacional na busca da satisfação de seu crédito, que parece esquecer que a situação de inadimplência dos tributos foi causada pela inadimplência da própria administração pública, principalmente nas esferas federal e estadual. A atuação da Procuradoria nas execuções fiscais, respaldada pelas decisões judiciais que, em regra, deferem sem uma crítica adequada e independente como se espera do judiciário, tem sufocado o fluxo financeiro, impedindo a empresa de operar com o mínimo de programação, o que, evidentemente, coloca em risco o plano de recuperação que a administração vem tentando implantar com muito empenho e coragem.

Queremos, podemos e merecemos trabalhar!!! Mas a sanha arrecadatória tem sido tamanha que, sob o singelo argumento que as empresas formam grupo econômico, olvida-se que se todas estiverem fadadas a compor o polo passivo das execuções fiscais, não haverá nenhuma empresa habilitada a operar, produzir e gerar recursos, inclusive para pagar tais débitos. O desafio tem sido demonstrar que esta situação afeta não apenas a empresa, mas a geração de empregos, de renda e de impostos que a recuperação pode significar, o que pode ser comprovado pela história da empresa e pelo que ela representou, não só para a cidade de Campinas, bem como no cenário nacional. A recuperação das empresas em dificuldade, desde que sérias e responsáveis, deveria ser um objetivo comum a ser partilhado por todos os órgãos da administração pública, que, infelizmente, tem uma visão míope de buscar aumentar a arrecadação a curto prazo, a qualquer custo.

Relacionam-se, a seguir alguns fatos de 2012 que merecem destaque:

- **Área Imobiliária**

Encontra-se em fase final para ser entregue, no primeiro semestre de 2.013, uma torre residencial de alto padrão e dois condomínios horizontais com um total de 10.569,65 m² de área construída que iniciaram em 2.011.

Em julho de 2.012, foi iniciada a execução de uma torre residencial em Campinas com 10.528,42 m² de área construída com previsão de entrega em 2.014, com VGV de R\$ 35 milhões.

Portanto em 2012, a Lix Empreendimentos deu sequência à execução das obras e, em alguns casos, ao gerenciamento dos empreendimentos, através da parceria que tem mantido com investidores, através das SPEs (Sociedade de Propósito Específico) constituídas para incorporar os empreendimentos.

Deve ser ressaltado que diferentemente de grandes incorporadoras que estão entregando suas obras com atrasos significativos, a Lix tem respeitado os prazos de execuções das obras.

Além disto, buscou-se a identificação de novos parceiros, o que resultou em novas frentes de atuação para o exercício de 2013, como será comentado mais adiante.

- **Área de Infra-Estrutura**

Esta é uma das áreas mais penalizadas da empresa pela falta de capital de giro. Assim, não se conseguiu manter o nível da produção de massa asfáltica da Usina de Asfalto, caindo de 64.000 ton/ano em 2011 para 53.000 ton/ano em 2012, o que equivale a uma queda de 18% no período. Da mesma forma, não se conseguiu incrementar a carteira de obras de infra-estrutura, o que, aliado ao aumento dos custos diretos, fez a margem bruta desta área despencar, resultando no prejuízo apurado pela empresa.

- **Renovação da Certificação ISO 9001 e PBQP- H**

Após a realização de auditoria pela Fundação Carlos Alberto Vanzolin, foi mantido o certificado por mais um ano para as empresas Lix Empreendimentos e Lix Construções por estarem operando de acordo com todos os procedimentos estabelecidos no Sistema de Gestão da Qualidade.

- **Manutenção da empresa no Refis**

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas em 2012, as empresas tem conseguido se manter no Refis, o que representa a apropriação dos ganhos obtidos com a inclusão de parte de seus débitos no programa, tais como desconto significativo nos encargos moratórios e pagamento de parte do débito consolidado com prejuízo fiscal, o que é representativo para quem possui fluxo de caixa apertado, como a Lix.

- **Situação dos dividendos**

A companhia vinha efetuando regularmente o pagamento dos dividendos que, conforme programação, estavam sendo quitados em parcelas mensais, mas, no início do exercício de 2011, foi surpreendida pela penhora dos dividendos, o que impediu o pagamento das duas últimas parcelas dos dividendos de 2002 e o início do pagamento dos dividendos dos exercícios de 2003, 2005, 2006 e 2007. Foram interpostos recursos nas execuções fiscais que originaram tais penhoras, estando pendentes de decisões.

A companhia considera que além de ilegal, o que é discutido nos recursos interpostos, a penhora de dividendos para garantia de débitos para com a União é injusta, já que a situação de dificuldade financeira que culminou com o endividamento tributário adveio justamente da inadimplência de contratos

públicos, dentre os quais os contratos dos CAICs em que a própria União já foi judicialmente considerada, em primeira instância, devedora da Lix, devendo ser destacado que há precedente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em caso idêntico ao da companhia.

A empresa continuará lutando pelos interesses e direitos de seus acionistas, interpondo os recursos e medidas legais aplicáveis à espécie.

3 - PERSPECTIVAS PARA 2013

O maior esforço da área operacional continuará dedicado ao aumento de faturamento, com enfoque no setor privado, e controle de custos para recuperação das margens.

A meta é atingir, no mínimo, R\$ 20 milhões de faturamento com margem bruta de 25%, incrementando a carteira com contratos com obras de infra-estrutura em loteamentos e condomínios horizontais e verticais de imobiliárias diversas, além de obras decorrentes de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) e de contrapartidas exigidas pelas Prefeituras para aprovação de empreendimentos, especialmente os que acarretam grande impacto na região de implantação. Na área de empreendimentos já temos em carteira contratos para execução de obras que totalizam R\$ 160 milhões de VGV, cuja contratação se faz pelo sistema de taxa de administração.

Com relação à área financeira, o recente julgamento do Supremo Tribunal Federal trouxe novo alento à empresa, pois faz crescer a expectativa de que os administradores terão que buscar formas de quitar seus débitos, eis que não poderão mais se esconder atrás de uma Emenda (In)Constitucional em que o próprio apelido que recebeu demonstrava seu propósito – a emenda do calote!!! O Judiciário com esta decisão que demonstra coragem e independência, manda uma clara mensagem aos administradores públicos no sentido de que não podem utilizar o dinheiro público como bem entenderem, ao arrepio da lei e das decisões judiciais, e aos legisladores no sentido de que não podem, de maneira subserviente, aprovar leis, ou mesmo emendas constitucionais, de interesse dos poderes executivos que confrontem os princípios básicos da moralidade e da justiça.

Destarte, com o ânimo renovado, os administradores intensificarão as negociações para firmar novos acordos para recebimento de seus créditos, visando à recomposição do caixa, o que é imprescindível para que se possa quitar as dívidas, especialmente trabalhistas, fiscais, inclusive Refis, dentre outras, e se possa assegurar um capital de giro que garanta, minimamente, o incremento de negócios da empresa.

4 – MENSAGEM FINAL

É preciso muita coragem, garra e determinação para enfrentar os desafios de mercado e, principalmente, as dificuldades decorrentes da falta de capital de giro. Mas, felizmente, temos ao nosso lado, funcionários que acreditam no poder do trabalho sério e competente, fornecedores, investidores e clientes que conhecem a tradição da empresa em cumprir seus compromissos, ou seja, temos parceiros que acreditam e participam da história de sucesso das Empresas Lix.

A todos, a quem consignamos nossos sinceros agradecimentos, dedicamos uma palavra de estímulo que vem do nosso fundador, Eng^o Lix da Cunha: *“Sempre vence aquele que não esmorece. Aquele que ao invés de censurar faz uma crítica construtiva.”*

- b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:
 - i. hipóteses de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

- c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Estimamos que com o aumento do nível de atividade e de geração de caixa da Companhia, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros correntes assumidos seja mantida.

No que se refere às dívidas oriundas do inadimplemento de contratos públicos, a Companhia permanecerá dependendo de novos acordos para que sejam liquidados os compromissos pendentes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia mantém permanente negociação com fornecedores a fim de ampliar os prazos de pagamento e, concomitantemente, tem diminuído os prazos concedidos aos seus clientes, a fim de melhorar a liquidez de seu fluxo de caixa.

No que tange aos investimentos de maior relevância, quando possível, a Companhia tem optado por fazê-los por meio do sistema de leasing ou Finame.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme já mencionado nos itens anteriores, a Companhia pretende obter suas fontes de financiamento para capital de giro utilizando-se do seu fluxo comercial para atingir melhores resultados na relação entre pagamentos e recebimentos, quando insuficientes, buscaremos créditos junto a instituições financeiras com o menor custo possível.

Em relação aos investimentos em ativos não-circulantes a Companhia vem utilizando o sistema de leasing ou Finame, além do recebimento de seus créditos para fazer frente ao pagamento das dívidas, especialmente as de natureza tributária.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos relevantes da Companhia são compostos por:

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
- Capital de giro	CDI + 1,5% a.m.	0	0	8.475	5.344
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	0	0	98	377
- Carteira hipotecária	1,36% a.m.	0	3.310	0	3.310
TOTAL		0	3.310	8.573	9.031
Parcela circulante		0	3.310	8.560	8.937
Parcela não circulante		-	-	13	94

No ano de 2012, a captação de recursos para capital de giro apresentou evolução de 58,58% em relação ao ano anterior refletindo basicamente as necessidades de caixa causadas pelo faturamento baixo do ano. O endividamento bruto apresentou evolução de 6,29% em relação a 2011, provocada principalmente pela atualização dos passivos tributários e contingências trabalhistas e cíveis.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Não há

iii. grau de subordinação entre as dívidas
Não há

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário
Não há

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados
Não há

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	dez/12	%	dez/11	%	dez/10	%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.398.373	100,0%	14.709.278	100,0%	11.073.183	100,0%
Custos Operacionais	<u>-12.710.340</u>	-82,5%	<u>-9.482.376</u>	-64,5%	<u>-9.206.576</u>	-83,1%
LUCRO BRUTO	2.688.033	17,5%	5.226.902	35,5%	1.866.608	16,9%
DESPESAS OPERACIONAIS						
Honorários da Administração	-895.680	-5,8%	-840.680	-5,7%	-839.136	-7,6%
Contingencias Trabalhistas	-71.993	-0,5%	-152.811	-1,0%	-256.878	-2,3%
Gerais e Administrativas	-6.689.535	-43,4%	-5.928.292	-40,3%	-7.576.417	-68,4%
Tributárias	-214.902	-1,4%	-1.700.260	-11,6%	-271.216	-2,4%
Depreciações e Amortizações	<u>-329.405</u>	-2,1%	<u>-312.909</u>	-2,1%	<u>-238.237</u>	-2,2%
TOTAL	-8.201.515	-53,3%	-8.934.951	-60,7%	-9.181.884	-82,9%
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS						
Receitas Financeiras	17.278.828	112,2%	12.990.311	88,3%	46.830.722	422,9%
Despesas Financeiras	-20.648.112	-134,1%	-21.881.501	-148,8%	-35.222.382	-318,1%
Prov.p/ Contingências	0	0%	-1.597.629	-10,9%	-6.940.040	-62,7%
Prov.p/ Créd. Liquidação Duvidosa	<u>-981.428</u>	6,4%	<u>3.560.266</u>	24,2%	<u>-1.700.538</u>	-15,4%
TOTAL	-4.350.711	-28,3%	-6.928.553	-47,1%	2.967.762	26,8%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	-9.864.193	-72,3%	-10.636.603	-72,3%	-4.347.515	-39,3%
Outras Resultados Operacionais	1.722.369	11,2%	9.800.681	66,6%	656.712	5,9%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	-8.141.824	-52,9%	-835.922	-5,7%	-3.690.803	-33,3%
Participação dos Minoritários	341.907	2,2%	199.910	1,4%	471.254	4,3%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	7.799.917	50,7%	636.012	4,3%	-3.219.549	-29,1%

As variações que merecem destaque nas Demonstrações de Resultados são as seguintes:

Receita Líquida

No ano de 2012, o faturamento avançou 4,7% refletindo a estagnação econômica do país.

Custo das Vendas

Os custos apresentaram avanço em relação ao ano anterior causado principalmente pelo tipo de obras executadas neste exercício, em sua maioria obras por empreitada, diferentemente do ano anterior em que a quantidade de obras por administração era maior

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Operacionais em 2012 apresentaram pequena redução em relação ao ano anterior, permaneceram estáveis.

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro reflete basicamente os efeitos da correção dos direitos creditórios que a Companhia tem junto aos órgãos Estaduais, Federais e Municipais, frente as correções das obrigações com fornecedores vinculados aos créditos, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas e previdenciárias.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2012 grande parte das obras contratadas pelo regime de administração, que apresentam custos mais baixos, foram finalizadas e a grande maioria do faturamento do ano foi gerada por obras de empreitada que apresentam custos maiores. Esse fato provocou significativa redução do Lucro Bruto do Exercício.

Em 2011, devido ao maior número de obras de infraestrutura, o faturamento da companhia apresentou elevação de 32,8% em relação ao ano anterior. Todo o faturamento é oriundo de obras para a iniciativa privada

Em 2010 o resultado da Companhia foi afetado principalmente pelo baixo nível de faturamento e pelo aumento nas provisões para contingências.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não há.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

- a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2012.

- b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

- c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2012 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

Ênfases: a) *Nos últimos três exercícios, a Companhia apurou prejuízos (R\$ 7.800 em 2.012, R\$ 636 em 2.011, e R\$ 3.219 em 2.010) com redução de R\$ 11.655 no Patrimônio Líquido no acumulado desses três exercícios, situação esta que somente poderá ser revertida mediante a adoção de medidas que enfatizem, entre outras, o aumento das receitas, a redução dos custos fixos e o aporte de capital, aliados à melhoria substancial de sua margem operacional, afim de não comprometer o desenvolvimento de suas atividades operacionais;*

b) *Conforme mencionado na nota explicativa n.º “02.k” a Companhia, na forma do CPC n.º 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros;*

c) *A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro; e, d) A Companhia*

mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.

Em 2011 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

Ênfases: *a) Conforme mencionado na nota explicativa nº “02.k” a Companhia, na forma do CPC nº 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros.*

b) A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro.

c) A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.

Em 2010 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

Ênfase: *a) Conforme mencionado na nota explicativa nº “02.k” a Companhia, na forma do CPC nº 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros.*

b) A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro.

c) A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da

situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Dentre as política contábeis adotadas, a Companhia considera crítica as seguintes:

1. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONSOLIDADO EM R\$ MIL		
	2012	2011	2010
Faturas a vencer e serviços a faturar	2.857	1.856	1.454
Créditos vencidos antes de 01/Janeiro/2012	352.162	337.605	367.597
(-) Provisão para perdas eventuais	(38.854)	(35.598)	(41.902)
TOTAL	316.165	303.863	327.149
Parcela circulante	315.321	303.067	326.436
Parcela não circulante	844	796	713

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub-empitada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos órgãos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal. Anualmente é feita uma análise criteriosa dos saldos no sentido de identificar ajustes nos valores a receber de clientes em processos judiciais, visando adequar os saldos a expectativa de realização. Os créditos ajustados estão acrescidos de atualização monetária e juros legais, quando for o caso e em conformidade com os contratos ou aditivos firmados entre as partes.
- Do valor total da provisão para perdas (consolidado) registrada em 31 de Dezembro de 2012 no montante de R\$ 38.854 consolidado, (2011 – R\$ 35.598) e (2010 – R\$ 41.902) refere-se a valores constituídos com base nos históricos de descontos concedidos aos clientes e em acordos anteriormente firmados. Referido valor também levou em consideração a possibilidade de perda eventual do total ou parte do crédito.
- Estão em andamento diversos processos de cobrança judicial relacionadas a clientes (Controladora), sendo que parte deles ainda não tem o trânsito em julgado. Parte desses processos está

registrado contabilmente, cujos saldos consolidados e atualizados em 31 de Dezembro, são os seguintes:

CRÉDITOS DE COBRANÇA JUDICIAL CONTABILIZADOS	CONTROLADAS			CONSOLIDADO		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Total de crédito contabilizado no contas a receber	160.050	160.050	181.792	352.162	337.605	367.597
Saldo dos precatórios já expedidos	32.778	32.778	31.573	30.733	32.778	31.573
Saldo de acordo formalizado p/ pagto. parcelado	0	0	0	0	0	0
ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DAS AÇÕES						
AÇÕES NAS ESFERAS:	31/Dez./2012	31/Dez./2011	31/Dez./2010			
Federais	983.631	891.232	797.487			
Estaduais	402.013	386.983	391.310			
Municipais	24.236	23.717	38.990			
Outros	9.596	8.584	10.073			
TOTAL ESTIMADO DE CRÉDITO EM COBRANÇA JUDICIAL	1.419.476	1.310.516	1.237.860			

2. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Tendo em vista que a Companhia e suas empresas controladas figuram no pólo passivo em demandas judiciais e administrativas de diversas naturezas (cível, trabalhista e tributária) decorrentes do exercício normal de suas atividades, foram constituídas provisões para fazer frente às perdas consideradas prováveis nos processos em curso. Os montantes provisionados podem ser considerados suficientes para resguardar as perdas avaliadas de acordo com a orientação dos advogados e assessores jurídicos da Companhia.

Com efeito, as provisões e depósitos judiciais correspondentes as contingências da Companhia, constituídos em 31 de Dezembro de 2012 podem ser dispostos da seguinte forma:

	CONSOLIDADO EM R\$ MIL		
	2012	2011	2010
Provisões contabilizadas	38.038	32.973	26.341
- Depósitos judiciais	(2.753)	(2.366)	(1.737)
- Provisões líquidas	35.285	30.607	24.604

Ressalte-se que, as estimativas de êxito têm sido periodicamente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, diante de eventuais alterações nos resultados das demandas judiciais existentes as provisões são também modificadas.

Além das demandas tributárias em discussão, também foram provisionados valores correspondentes às contingências trabalhistas existentes em razão de reclamações ajuizadas por ex-funcionários da Companhia para pleitear supostas diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

3. FORNECEDORES

No saldo de R\$ 68.994 (consolidado) em 2012, R\$ 62.473 em 2011 R\$ 69.436 em 2010, apresentado na rubrica de fornecedores, R\$ 59.508 (R\$ 54.200 em 2011 e R\$ 60.601 em 2010), refere-se a valores vinculados aos créditos da empresa junto a órgãos públicos, contabilizados em conta de ativo circulante. Os valores desses débitos vinculados estão acrescidos de atualização monetária e juros legais, de acordo com a legislação em vigor, e quando for o caso em conformidade com os contratos ou aditivos firmados entre as partes, os quais não diferem daqueles utilizados para a atualização dos ativos respectivos. Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases descritas no item 1 desse tópico, cujos saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e manutenção de controles internos eficazes para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como pela avaliação em conjunto com a auditoria externa da eficácia desses controles. A preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um processo desenvolvido pelo setor de contabilidade e controladoria, sob a Supervisão do Gerente de Controladoria, da Administração da Companhia e da Auditoria Externa e executados pelos administradores e funcionários a fim de fornecer razoável segurança quanto à confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis para uso externo são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2012.

São adotados procedimentos que buscam assegurar:

1. O correto registro de todos os fatos contábeis, com detalhamento razoável a fim de refletir satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia;

2. Que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia.

Devido às limitações próprias dos controles internos, ocasionalmente podem ocorrer que erros não sejam detectados oportunamente a fim de serem evitados, no entanto, esses erros sempre que detectados são corrigidos a fim de refletir da melhor forma a posição financeira e patrimonial da Companhia.

A fim de melhorar cada vez mais o nível de eficiência dos processos e controles internos, a Companhia investiu pesadamente na aquisição de novo sistema de gestão (ERP TOTVS), na formatação de novos procedimentos e no treinamento de funcionários. Vale ressaltar que, mesmo os sistemas e procedimentos considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração em conjunto com a auditoria externa avaliaram os controles internos da Companhia referente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e concluíram que os são suficientes e apropriados para refletir de forma confiável as informações financeiras e patrimoniais da Companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
Não há previsão e não há investimentos significativos em andamento.
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos
Não aplicável.
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
Não há previsão e não há desinvestimentos significativos em andamento.
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
Não há
- c. novos produtos e serviços, indicando:
 - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
Não há.
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não há
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados

Não há

ANEXO II

Informações relativas à remuneração dos administradores requeridas no item 13 do formulário de referência, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²³:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração designada pela Companhia aos seus administradores tem se pautado pelo grau de responsabilidade e tempo de dedicação às funções, além de critérios pertinentes às competências desenvolvidas, reputação profissional e outras práticas adotadas por Companhias de porte e segmento de atividade semelhantes.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O montante global da remuneração percebidas pelos administradores se estabelece anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária, levando-se em conta os honorários mensais, 13º salários e férias.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

RUBRICA	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALÁRIOS, PRÓ-LABORE	85,50%	100,00%
13º SALÁRIO	8,00%	0,00%
FÉRIAS	6,50%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os reajustes de cada um dos elementos da remuneração se baseiam em pesquisas de mercado realizadas anualmente, com o intuito de analisar se a remuneração dos administradores está compatível com àquela verificada em empresas de porte e situação semelhantes.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Em razão da atual situação financeira e patrimonial da Companhia, considera-se como mais adequado, o modelo adotado para a composição da remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores específicos de desempenho.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração dos administradores é suportada pela Controlada Lix Empreendimentos e Construções Ltda., e pela Lix Incorporações e Construções Ltda.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore.
- benefícios diretos e indiretos.
- remuneração por participação em comitês.
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- Outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo v. remuneração baseada em ações

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²⁷

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo; e prevista para o exercício social corrente.

Mês	Conselho de Administração	Diretoria
JAN	3	3
FEV	3	4
MAR	3	4
ABR	3	4
MAI	3	4
JUN	3	4
JUL	3	4
AGO	3	4
SET	3	4
OUT	3	4
NOV	3	4
DEZ	3	4

TOTAL	36	48
MÉDIA	3	4

Exercício Social encerrado em 31/12/2012 e 2011

	Conselho de Administração		Diretoria	
	2012	2011	2012	2011
Número de membros	3	3	4	4
Remuneração fixa anual:				
Salário ou pró-labore	174.600	152.400	725.280	688.280
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor da remuneração	174.600	152.400	725.280	688.280

Exercício Social corrente (Previsão para 2013)

	Conselho de Administração	Diretoria
	2013	2013
Número de membros	3	5
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	500.000	1.900.000
Benefícios diretos e indiretos	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0
Outros	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
Valor da remuneração	500.000	1.900.000

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁸:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não efetuou pagamento de remuneração variável a seus administradores nos últimos 3 exercícios sociais, nem tem previsão de pagamento para o exercício social corrente.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Órgão	Ações ON Lix da Cunha
Conselho de Administração	1.777.031
Diretoria	1.784.066

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³⁰:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 1. . em aberto no início do exercício social
 2. . perdidas durante o exercício social
 3. . exercidas durante o exercício social
 4. . expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³¹:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação

- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos administradores.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011				
	Conselho de Administração		Diretoria	
	2012	2011	2012	2011
Número de membros	3	3	4	4
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	58.200	53.600	181.320	172.070

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2012	2011
Conselho de Administração	100%	100%
Diretoria Estatutária.....	100%	100%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Valores reconhecidos no resultado da controlada Lix Empreend. e Constr. Ltda.

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Numero de Membros	3	4	7
Salário ou pró-labore (R\$ Mil)	86	387	473

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.